



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

CONFORME O DISPOSTO NA FICHA DE INSCRIÇÃO, EXPLÍCITE:

- a) Área de inscrição: Não associado
 - b) Modalidade de pesquisa: **Comunicação Oral**
 - c) Trabalho a ser apresentado de acordo com:
 - Área (escreva a área): **5. Filosofia**
1. Tema/modalidade de pesquisa (escreva qual): **Lógica/ Bibliográfica**

PRÉ-CONDIÇÕES DE CRITÉRIOS PARA BOA ARGUMENTAÇÃO

Rodrigo Freitas Costa Canal

*Faculdade de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará
prof.rodrihocanal@gmail.com*

Resumo

Será que há condições que devemos satisfazer na elaboração de critérios para boa argumentação? Nosso objetivo é tornar plausível uma resposta positiva a essa questão, a ideia segundo a qual, na elaboração de critérios para boa argumentação, a teorização filosófica da argumentação deve levar em conta, *prima facie*, certas (pré)condições, que não podem ser ignoradas sob a pena de não estabelecermos as condições (normas) adequadas, o qual um dado exemplar de argumento deve satisfazer para ser *um bom* argumento. São três as (meta)condições que os critérios da boa argumentação devem satisfazer, que podemos chamar de *condições de adequação dos critérios da boa argumentação: plausibilidade, acessibilidade e aceitabilidade epistêmicas*. A partir da década de 80, a abordagem epistemológica tem consolidado um projeto para esse fim. Evidenciaremos a visão epistemológica que está subjacente a ideia de boa argumentação desses três conjuntos de (pré)condições do projeto de normatividade epistemológica.

Palavras-chave: Abordagem Epistemológica. Condições de Adequação. Normatividade Epistemológica da Argumentação. Christoph Lumer.

Abstract

Are there conditions that we must satisfy in the elaboration of criteria for good arguments? Our aim is to make plausible a positive answer to this question, the idea that, in the elaboration of criteria for good argumentation, the philosophical theorizing of argumentation must take into account, *prima facie*, certain (pre)conditions, which cannot be ignored under the penalty of not establishing the appropriate conditions (norms), which a given example of argument must satisfy in order to be a good argument. There are three (meta) conditions that the criteria for good argumentation must satisfy, which we can call the conditions for the adequacy of the criteria for good argumentation: epistemic plausibility, epistemic accessibility and epistemic acceptability. Since the 1980s, the epistemological approach has consolidated a project for this purpose. We will evidence the epistemological vision that is underlying the idea of good argumentation of these three sets of (pre) conditions of the epistemological normatum project.



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

Keywords: Epistemological Approach. Adequacy Conditions. Epistemological Normativity of Argumentation. Christoph Lumer.

INTRODUÇÃO

Nossa principal contribuição é expor uma reflexão e discussão das condições ideais de elaboração de critérios para boa argumentação, o que o epistemólogo Lumer denominou de **condições de adequação** (2005a, 2005b, 1991), sendo o principal idealizador/preconizador da discussão e formalização desses tipos de condições. As condições de adequação dos critérios para boa argumentação, partindo da visão da abordagem epistemológica, podem ser interpretadas como certos padrões ideais da estrutura epistemológica geral que devem se adequar qualquer tipo de critério que podemos estabelecer para padronizar a ideia de boa argumentação. Iremos primeiro discutir brevemente a estrutura geral do paradigma epistemológico chamado de **abordagem epistemológica da argumentação**, cuja estrutura está presente nas espécimes ou exemplares mais específicos de teorias epistemológicas da argumentação. Em seguida, nos concentraremos na discussão dessa categoria ou conjunto de critérios os quais Lumer denominou de condições de adequação.

Ao estudarmos como a argumentação pode ser concebida epistemologicamente, reconheceremos que a abordagem epistemológica não é um projeto homogêneo, pois existem muitas versões já consolidadas de teorias epistemológicas da argumentação, em que cada exemplar dessa teoria revela diferentes modos de conceber a argumentação epistemologicamente. Inclusive, isso nos levará aos detalhes sobre esse programa filosófico, a uma distinção entre dois subprojetos dentro da abordagem epistemológica: a distinção entre o **sentido estrito** e **amplo** (chamado também de **meramente epistêmico**) da abordagem epistemológica.

Os filósofos da abordagem epistemológica tentam empreender um projeto ambicioso. Embora ambicioso, é ao mesmo tempo polêmico tanto internamente como externamente. Internamente porque, desde seu surgimento na década de 1980, o número de adeptos da abordagem epistemológica tem crescido e com isso tem se tornado internamente uma abordagem bastante heterogênea, em que várias versões distintas têm sido propostas e muita polêmica (consistindo em críticas internas dos próprios adeptos) entre os teóricos tem surgido. Por outro lado, o tipo



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

de solução filosófica que os defensores dessa abordagem oferecem para o problema filosófico da natureza, função e estrutura da argumentação tem causado bastante polêmica.

2 A ESTRUTURA GERAL DA ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

A primeira coisa a se observar, seguindo Lumer (2005a), é que a defesa da abordagem epistemológica da argumentação envolve o endosso da tese de que o objetivo, a função, o resultado padrão da argumentação é o conhecimento ou crença justificada, no sentido geral epistemológico. Além disso, de forma geral, os epistemólogos têm usado uma gama diversificada e vasta de termos do vocabulário epistêmico para definirem uma posição específica, de modo que há um amplo e complexo conjunto de versões distintas dessa tese, que são empregados por esses filósofos.

Assim, por exemplo, concebem vários epistemólogos suas teorias epistemológicas da argumentação de vários modos (ver Lumer 2005a). Há epistemólogos que usam os termos **conhecimento** ou **crença justificada**, tais como Biro (1987), Biro e Siegel (1992), Siegel e Biro (1997), Lumer (1990, 1991), Goldman (2003). Alguns epistemólogos também usam **crença verdadeira**, tais como Goldman (1999), para falar do resultado e da função padrão da argumentação. Outros filósofos, como Johnson (2000) usam o termo **persuasão racional**. Sanford (1972, p. 198, **apud** LUMER, 2005, p. 190) defende que o objetivo e o resultado padrão da argumentação seja “(...) aumentar o grau de confiança razoável que se tem na verdade da conclusão (...)”. Feldman (1994) tem sustentado que o objetivo e função padrão da argumentação é “(...) fornecer boas razões para acreditar na conclusão (...)”, mas também usa o termo descrito acima crença justificada. Sinnott-Armstrong (SINNOTT-ARMSTRONG, 1999, p. 181 **apud** LUMER, 2005, p. 190) defende que numa argumentação nosso objetivo é “(...) mostrar a uma outra pessoa (...)”, “(...) que a outra pessoa (...) possui uma razão para acreditar em algo (...)”.

As abordagens que usam essas expressões procuram conceber a argumentação definindo conceitos e propondo vários tipos de critérios de modo a mostrar como se pode realizar essas funções e produzir esses resultados padrões, caso uma dada espécime de argumento satisfaça dadas condições. No estabelecimento desses critérios, procuram conceber uma visão das condições necessárias e suficientes que um dado exemplar de argumento deve satisfazer para que possa contar como um caso de bom argumento, isto é, procuram estabelecer as **condições**

ideais que necessariamente todo, e somente certos tipos de, bons argumentos devem ter. Com isso, procuram fornecer o que se poderia chamar de uma teoria da boa argumentação por padrões epistemológicos.

Através de Lumer, é possível vislumbrar também outro aspecto da reflexão epistemológica acerca da argumentação, qual seja: que o tipo de normatividade argumentativa proposta pelos endossadores da abordagem epistemológica consiste em definir tipos de critérios epistemológicos para a **verdade** ou **aceitabilidade** de **proposições**, “(...) e, portanto, estão vinculados à verdade (...)” (2005a, p. 190), talvez querendo dizer com isso que são critérios que enfatizam as condições objetivas de acesso à verdade. Essa característica seria a razão pela qual Lumer pensa que as normas da abordagem epistemológica “(...) são muito melhores em respeito a fornecer orientação (...)” (2005a, p. 190-191) que as normas propostas por outras abordagens. Uma das justificações para isso é que, com o projeto em formulação de critérios da abordagem epistemológica o usuário consegue ter acesso a uma gama vasta de crenças aceitáveis, guias corretos e coerentes do mundo.

Lumer argumenta ainda que a característica da abordagem epistemológica que contribui para esse fim de fornecer uma gama vasta de crenças aceitáveis é que também visa crenças justificadas, e a principal diferença desta última para a primeira é que possui um ingrediente a mais: a **justificação subjetiva (subjective justification)**. Porque quando uma crença passa de aceitável para justificada implica a aceitabilidade da crença, e o elemento adicional é a justificação subjetiva da crença. Esta última consiste em um processo **prima facie** correto de cognição do usuário da argumentação que o permite conhecer a aceitabilidade da tese que, em outras palavras, é conhecer ou processar cognitivamente¹ as condições (critérios) epistemológicas que implicam na aceitabilidade subjetiva ou pessoal da crença. A explicação de Lumer para justificação subjetiva é a seguinte, com duas condições: 1) consiste num processo de cognição (**cognizing process**) pessoal, que um dado sujeito epistêmico chega a uma crença apenas checando ou verificando se alguns dos critérios de aceitabilidade dessa crença foram satisfeitos; 2) consiste também em “(...) lembrar o núcleo deste tipo de gênese (justificação subjetiva), por exemplo, de qual premissa a conclusão foi inferida (...)” (LUMER, 2005a, p. 191).

¹ Lumer usa a expressão **cognize**, que pensamos ser equivalente.



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

A distinção entre uma abordagem epistemológica **estrito senso** e a de **sentido amplo** pode agora ser introduzida. Pode-se argumentar que a proposta dessa distinção parece ter o papel de demarcação, das condições necessárias e suficientes para se definir melhor uma abordagem da argumentação como epistemológica, e mais especificamente nas condições necessárias e suficientes para se definir entre o que seja uma abordagem epistemológica **estrito senso** e de sentido amplo. Qual é a diferença então?

Lumer (2005a) parece ensejar essa discussão com a razão de que, devido a forte influência exercida pelas ciências cognitivas em várias áreas da filosofia, como a epistemologia, lógica, e em especial a lógica informal e teoria da argumentação, se tornou lugar comum rotular como **epistemológica** determinadas abordagens que utilizam termos do vocabulário epistêmico, ou mesmo o uso de termos como **condição epistêmica**, **epistemologia social**, **geração** ou **produção de conhecimento**. Dado esse uso generalizado e não padronizado, Lumer (2005a) sustenta que nem toda abordagem da teoria da argumentação que faz uso dessa terminologia, e que tem sofrido forte influência da ciência cognitiva, deve ser interpretada como tipicamente uma abordagem epistemológica em sentido estrito². Para uma abordagem poder ser definida como **epistemológica no sentido estrito**, duas condições são necessárias: **1)** assumir ou defender a tese de que o propósito e a função padrão da argumentação seja conduzir ao conhecimento ou a crença justificada e, além disso, **2)** o uso do termo **conhecimento** ou **crença justificada** deve ser um uso epistemologicamente normativo, vinculado ao de outros termos da epistemologia normativa, e que no tratamento do conceito de argumentação e boa argumentação “(...) relaciona conhecimento e crença justificada com as condições objetivas de verdade (...)” (LUMER, 2005a, p. 192). O uso não epistemologicamente normativo do termo conhecimento pode ser entendido como um uso meramente *descritivo* para se falar da situação epistêmica do interlocutor (**addressee's epistemic situation**³), como que, por exemplo, para se “(...) referir

2 Ou seja, a nosso ver, a utilização dessa terminologia e influencia da ciência cognitiva não é nem uma condição necessária nem suficiente para classificar uma abordagem filosófica sobre o fenômeno da argumentação como uma abordagem epistemológica estrito senso.

3 A expressão inglesa **addressee's epistemic situation** literalmente significa a **situação epistêmica do destinatário**, em que por *destinatário*, para qualquer filósofo ou teórico da argumentação, se refere à pessoa a quem se destina, ou destinamos, um argumento, ou a pessoa a quem é apresentada um argumento. Desse modo, estamos falando do ouvinte ou audiência ou argumentador secundário da argumentação. Dessa forma, dada as opções que estão disponíveis na língua portuguesa brasileira para tradução dessa expressão, traduzimos por **situação epistêmica do ouvinte ou interlocutor**.



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

ao estoque atual de opiniões de especialistas (...)”(LUMER, 2005a, p.192), mas esta condição defini apenas as **abordagens meramente epistêmicas** ou **abordagens epistemológicas de sentido amplo**. Dessa forma, uma abordagem epistemológica da argumentação de sentido amplo trata a boa argumentação apenas levando conta a situação epistêmica do ouvinte sem determinar padrões, ou postula que a “(...) argumentação estimula inferências e [...] procedimentos epistêmicos (...)”(LUMER, 2005a, p. 192).

3 AS TRÊS PRÉ-CONDIÇÕES EPISTÊMICAS DOS CRITÉRIOS PARA BOA ARGUMENTAÇÃO

Pode-se argumentar que essas três pré-condições de adequação para normatização dos critérios da boa argumentação podem ser vistas como uma concepção base sobre as próprias categorias de padronização da boa argumentação. Em outras palavras, são as **condições de adequação necessárias** e **suficientes** para o próprio estabelecimento de bons critérios da boa argumentação de um ponto de vista epistemológico. Além disso, essa é uma proposta de normatização argumentativa que tem sido desenvolvida pelos defensores da abordagem epistemológica **estricto senso**. Vamos às três pré-condições de adequação dos critérios para boa argumentação:

AQ1: Garantia de aceitabilidade: a satisfação dos critérios da boa argumentação deve implicar que a tese é (no mínimo) aceitável porque boa argumentação deve conduzir a crenças justificadas para o propósito de ter crenças verdadeiras, prováveis ou próximas a verdade (...). (LUMER, 2005a, p.194).

AQ2: Inclusão de Raciocínio Plausível: de modo a oferecer orientação suficiente, critérios para boa argumentação não devem ser tão restritivos e permitir apenas argumentos indubitáveis; argumentos dubitáveis com uma tese meramente plausível ou aceitável devem ser também incluídos (...). (LUMER, 2005a, p. 194).

AQ3: Acessibilidade: somente verdade, aceitabilidade e implicação lógica, etc., não ajudam; o usuário do argumento deve também acessá-los. Por exemplo, o interlocutor deve acreditar na verdade das premissas para chegar a acreditar na conclusão via inferência (...).(LUMER, 2005a, p. 194).

As condições de adequação procuram idealizar padrões adequados para que os próprios critérios possam garantir que argumentos e argumentações sejam cogentes e adequados aos usuários. Dessa forma, qualquer elaborador de critérios da boa argumentação, seja de que abordagem for, deve ter em mente que seus critérios devem satisfazer essas três condições de adequação. De forma geral, podemos observar duas características eminentes desses três conjuntos de critérios.



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

Por um lado, **AQ1** e **AQ2** estabelecem condições ideais que procuram orientar um teórico a padronizar a **estrutura intrínseca** dos próprios argumentos (uma visão que subverte argumentos como um tipo de objeto abstrato) bem como ao tipo de finalidade e função epistêmica da própria argumentação. Lumer entende que **AQ1** e **AQ2** consistem em **condições estruturais** da boa argumentação. Por outro lado, a visão subjacente a **AQ3** é que temos de estar ciente que as normas precisam também padronizar a adequabilidade dos argumentos a seus usuários, muito embora em **AQ3** não seja formulado nenhum tipo de condição ideal de qual sujeito epistêmico se está pensando, e as condições ideais para a cognição da aceitabilidade da tese de um dado exemplar de argumento. Lumer entende que por meio dessa (última) visão se estabelece as **condições situacionais** da boa argumentação. Portanto, as condições de adequação consistem numa visão híbrida da boa argumentação, em que um dado exemplar de argumento não deve ser somente bom ou cogente, mas também adequado para uma situação e um agente.

3.1 A condição da aceitabilidade epistêmica

Primeiro, sobre a condição da inclusão da aceitabilidade, qualquer proposta de critérios da boa argumentação tem de garantir que se inclua o que se pode chamar de uma **noção muito ampla de aceitabilidade epistêmica**: a respeito dessa amplitude, o limite mínimo é o de crenças justificadas, e não somente crenças verdadeiras. A aceitabilidade exige no mínimo que a boa argumentação conduza a crenças justificadas, ou que uma consequência de uma dada discussão caracterizada pela boa argumentação é a crença na tese ser meramente aceitável, no sentido de que basta termos crenças justificadas para que a argumentação realize sua função epistêmica, tenha um padrão epistemológico correto, e o mínimo pode às vezes garantir à crença ser verdadeira. Não se pode restringir muito o escopo do propósito e função da argumentação, mas ao mesmo tempo não pode ser muito ampla de modo a acomodar propósitos e funções não epistêmicas.

Uma coisa que está implícita (não argumentada explicitamente por Lumer) é que a aceitabilidade epistêmica é uma noção gradativa: a ideia de que a boa argumentação deve conduzir o interlocutor a, no mínimo, aceitar a tese, ou implicar a tese como aceitável (sentido fraco de aceitabilidade), em que aceitável, epistemicamente falando, significa que a boa argumentação conduz no mínimo a crenças justificadas, e se essas crenças estiverem suficiente



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

e completamente justificadas, podem chegar a serem crenças verdadeiras (sentido forte de aceitabilidade). Por tudo isso, aceitabilidade significa verdade, alta probabilidade da verdade ou verossimilhança.

Por que a aceitabilidade é importante e uma categoria epistemológica adequada para a elaboração de normas da boa argumentação? Porque não se usa o termo crença justificada? Porque aceitabilidade é um termo mais epistemicamente amplo (não restritivo) que engloba, e incorpora, nossa compreensão de vários outros termos do vocabulário epistêmico para tratar da função e do propósito padrão da argumentação, fazendo com que a argumentação não seja padronizada de forma (somente) epistemicamente forte, nem muito (somente) epistemicamente frôuxa.

Uma ressalva que podemos fazer é que a noção de aceitabilidade retórica não é equivalente a aceitabilidade epistêmica, porque aceitabilidade epistêmica não se resume a **mera aceitação** (sem avaliação epistêmica do usuário) de premissas e relações de suporte, por exemplo. Parece que a noção retórica de aceitabilidade apenas tem em conta a forma como o argumentador principal se comunicou para expor seu argumento.

3.2 A condição da plausibilidade

A segunda condição é levar em conta o raciocínio plausível, elaborar aquilo que se pode chamar de **critérios plausibilistas**. O que está em jogo aqui são várias coisas, e entre elas uma distinção do qual dissertaremos: entre **argumentos indubitáveis (certain arguments)** e **argumentos dubitáveis (uncertain arguments)**. Argumentos indubitáveis seriam argumentos que não falham em seu propósito e função, mas estão restritos a produzir como resultado de sua função crenças verdadeiras, e dessa forma são argumentos cuja(s) premissa(s) e conclusão são conhecidas por todos como verdadeiras, em que a conclusão está justificada, se segue das (ou é implicada pelas) premissas e é verdadeira. Consequentemente, são argumentos cuja base e conteúdo epistêmico é muito forte, baseados em critérios do tipo epistêmico forte, sendo uma condição necessária, embora não suficiente, da boa argumentação. Por isso é que Lumer sustenta que “(...) de modo a oferecer orientação suficiente, critérios para boa argumentação não devem ser tão restritivos (...), argumentos pouco firmes com uma tese meramente plausível ou aceitável devem ser também incluídos” (2005a, p. 194).



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

Aqui é que está explicitado o papel desempenhado na inclusão da condição do raciocínio plausível, pois são de base e conteúdo de maior amplitude epistêmica, no sentido de acomodarem **argumentos dubitáveis (uncertain arguments)**, cuja função e propósito garantem no mínimo a crença na tese ser aceitável, provável ou próxima a verdade. Assim os argumentos dubitáveis são argumentos cuja(s) premissa(s) e conclusão não são totalmente conhecidas por todos como verdadeiras, em que a conclusão está justificada de forma provável e pode ser provavelmente verdadeira ou aceitável, com alguma porcentagem de dúvida razoável. Isso porque as premissas também estão justificadas e embasam diretamente a conclusão, embora sejam aceitáveis ou prováveis, ou com alguma dúvida razoável. Dessa forma, a segunda observação que queremos fazer é a seguinte: quanto mais forte a base epistêmica de um critério da argumentação, mais restritivo com relação ao tipo de resultado epistêmico; quanto mais fraco, mais amplo.

A ideia por trás é que critérios epistêmicos do tipo forte restringe muito o escopo da função e do propósito da boa argumentação, permitindo apenas como bons argumentos aqueles que produzirem como resultado a verdade. Pelo que, de modo a não sermos muito restritivos com relação a pensar a padronização da boa argumentação, aquilo que Lumer menciona de não sermos restritivos a orientação ao processo de cognição do usuário da argumentação, filósofos dos argumentos têm de garantir a inclusão da plausibilidade em seu arsenal de critérios da boa argumentação.

Por que não ser restritivo? Primeiro, é claro que a meta da verdade é certamente importante, mas pensar que podemos sempre, em toda ocasião de uma discussão, chegar a verdades, é epistemicamente ilusória. Somos seres epistemicamente falíveis, e por sermos epistemicamente falíveis nossas capacidades cognitivas de busca da verdade também o são, de modo que é uma ilusão epistemológica pressupor que podemos **sempre** e **somente** atingir a verdade. Para seres epistemicamente falíveis, a verdade é a meta máxima, mas não a mínima, pelo que temos de ser menos restritivos (portanto menos iludidos) quanto a considerar o que são critérios adequados da boa argumentação de um ponto de vista epistemológico.

Assim a plausibilidade epistêmica é um tipo de guia, embora epistemicamente inseguro e falível, mas que ainda garante algum tipo de orientação básica para crenças e ações, de modo que não ficamos sem conteúdo epistêmico. De modo que a rejeição ao raciocínio probabilístico,



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

e, portanto, a rejeição a crenças probabilísticas justificadas, pode ocasionar mais prejuízo em termos de consequências negativas do que seu oposto, como argumenta Lumer: “(...) por exemplo, todas as assunções sobre o futuro e, portanto, sobre as várias consequências de nossas opções não podem estar seguras, com a consequência de que tentar decidir sem crenças probabilísticas justificadas nos deixaria sem qualquer orientação (...)” (2005a, p. 190).

3.3 A condição da acessibilidade epistêmica

As duas condições de adequação anteriores apenas garantem padrões amplos de elaboração dos critérios para bons argumentos, e por consequência garantem apenas que a orientação epistemológica que pode ser oferecida como um guia para a cognição de usuários de argumentos não seja restritiva quanto aos padrões que devem se basear, e aos resultados que devem procurar na boa argumentação. No entanto, padronizam a qualidade intrínseca de argumentos, e não **garantem** que o usuário ou interlocutor possa estar (ter acesso) suficientemente justificado para crer seja na verdade ou na probabilidade da tese e das razões. Por conseguinte, têm de haver critérios que garantam a **acessibilidade epistêmica** ao interlocutor do argumento, que o argumento seja útil ao processo de cognição do usuário: a tese, premissa(s), e ao tipo inferência ou relação de suporte entre premissas e conclusão, e até mesmo ao princípio epistemológico subjacente ao argumento em questão devem ser acessíveis (possam satisfazer certas condições ideais de um interlocutor ideal). Os critérios da boa argumentação, para serem adequados têm também de padronizar **como pode e deve** o usuário ter acesso aos argumentos como um guia para seu processo de cognição da tese. Para isso, filósofos da argumentação têm de levar em conta o papel epistêmico desempenhado pelo interlocutor da argumentação, a quem é oferecido um dado exemplar argumento. Esta é ideia da inclusão da condição da acessibilidade epistêmica na categoria de critérios que definem as condições de adequação dos critérios da boa argumentação.

Não basta as premissas e a conclusão serem verdadeiras ou aceitáveis, bem como as premissas implicarem logicamente a conclusão, o usuário deve ter acesso a isso: o argumento precisa estar adequado para o uso do interlocutor de modo que o mesmo deva estar justificado em crer na conclusão, via inferência pelas premissas, do argumento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

Por tudo o que discutimos sobre o que são, da estrutura e função, das condições de adequação dos critérios para boa argumentação, podemos extrair algumas considerações finais agora. Pode-se argumentar que, ao menos dentro das discussões dentro da epistemologia da argumentação, há uma distinção, embora não explicitamente afirmada por Lumer (2005a, 2005b, 1991), mas sugerida por esse filósofo, de que uma coisa é entender as condições que uma dada espécie de argumento deve satisfazer para ser um bom argumento, e outra é entender que há certas condições que os próprios critérios para boa argumentação devem satisfazer para serem bons e adequados critérios. Não podemos desenvolver critérios para boa argumentação sem nenhuma base, guia e finalidade, temos de partir de padrões para formalizar padrões. Sendo assim, para serem bons critérios para boa argumentação, estes últimos devem se adequar aos certos padrões, devem satisfazer certas, o que Lumer denomina de, condições de adequação. São as condições ideais de adequação os quais os critérios da boa argumentação devem satisfazer. Enfim, há circunstâncias ideais que uma espécie de argumento deve se adequar para ser **um bom argumento**, e há também circunstâncias ideais que tornam os critérios da boa argumentação **bons tipos de critérios**.

5 REFERÊNCIAS

- BIRO, J. A Sketch of an Epistemic Theory of Fallacies. In: VAN EEMEREN, F. H. [et al.]. **ARGUMENTATION, ANALYSIS AND PRACTICES**, 1987, Amsterdam. **Proceedings of the 1986 Amsterdam Conference on Argumentation**. Dordrecht: Foris, 1987. p. 65-73.
- BIRO, J; SIEGEL, H. Normativity, Argumentation and an Epistemic Theory of Fallacies. In: VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, Rob. **Argumentation Illuminated**. Dordrecht: Foris Publications, 1992. p. 85-103.
- FELDMAN, R. Good Arguments. In: SCHMITT, F. F. (org.) **Socializing Epistemology: The Social Dimensions of Knowledge**. Lanham, MD: Rowman/Littlefield, 1994, cap. 8, p. 159-188.
- GOLDMAN, A. I. **Knowledge in a Social World**. New York: Oxford University Press, 1999. 422 p.
- JOHNSON, R. **Manifest Rationality: A Pragmatic Theory of Argument**. Mahwah. New Jersey: Erlbaum, 2000. 406 p.



VI Seminário Internacional
de Pesquisa e Estudos Qualitativos
22 a 24 de setembro de 2021

Pesquisa Qualitativa

ÉTICA - LÓGICA
EPISTEMOLOGIA

LUMER, C. **Praktische Argumentationstheorie**: Theoretische Grundlagen, praktische Begründung und Regeln wichtiger Argumentationsarten. Braunschweig: Vieweg, 1990. 486 p.

LUMER, C. Structure and Function of Argumentations. An Epistemological Approach to Determining Criteria for the Validity and Adequacy of Argumentations. In: VAN EEMEREN, F. H. SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE ON ARGUMENTATION, 1986, Amsterdam. **Proceedings of the Second International Conference on Argumentation**. Amsterdam: Sicsat, 1991. p. 98-107.

LUMER, C. The Epistemological Approach to Argumentation: A Map. **Informal Logic**, Windsor. v. 25. n.3, p. 189-212, 2005a. Disponível em:
<https://informallogic.ca/index.php/informal_logic/article/view/1134>. Acesso em: 19 mar. 2015.

LUMER, C. The Epistemological Approach to Argumentation: A Map. **Informal Logic**, Windsor v. 25. n.3, p. 189-212, 2005b. Disponível em:
<https://informallogic.ca/index.php/informal_logic/article/view/1135>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SANFORD, D. H. Begging the question. **Analysis**, Oxford, v. 32. n. 6, p. 197-199, 1972. Disponível em: <<https://academic.oup.com/analysis/article-abstract/32/6/197/116495?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SIEGEL, H.; J. BIRO. Epistemic normativity, argumentation, and fallacies. **Argumentation**. v.11, p. 277-292, 1997. Disponível em:
<<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1007799325361>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SINNOTT-ARMSTRONG, W. Begging the question. **Australasian Journal of Philosophy**, London, v.77. n.2, p.174-191, 1999. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00048409912348921>>. Acesso em: 19 mar. 2017.